

# Prefácio

## Para uma cultura criadora

*Culture may even be described as that which makes life worth living.*  
T. S. Eliot

Falar de cultura é abordar um tema transversal na sociedade contemporânea que não se refere apenas a algo de excepcional ou decorativo, mas que se reporta à essência da capacidade criadora da humanidade. E é tal qualidade que nos leva a falar da cultura como criação, associando educação e ciência, património cultural e inovação contemporânea. Se Erving Goffman, invocado por Jorge Barreto Xavier, fala da “apresentação do eu na vida de todos os dias”, o certo é que nos chama a atenção para o sentido crítico perante o quotidiano, bem como para a relação complexa e plena de significado entre a pessoa e a comunidade. Afinal como é que a cultura pode estar no centro da construção (talvez possamos falar de tessitura) dos modelos de sociedade, se não for assumida pessoal e socialmente – como relação, encontro, diálogo e também como metamorfose, se quisermos usar a feliz metáfora de Edgar Morin?

Não podemos encarar, assim, a cultura como um discurso ou como uma bandeira; temos de olhá-la como um reconhecimento que envolva o património, que não podemos deixar que seja destruído, e o desenvolvimento humano, baseado na aprendizagem, no conhecimento e na compreensão do mundo da vida. Não podemos esquecer que até a economia (etimologicamente, regra da casa – *oikos*, *nomos*) poderá responder melhor aos desafios da incerteza se estiver atenta à criatividade e à inovação. Mais do que as projeções lineares, importa estar de sobreaviso em relação ao espanto perante o

incerto. É nesse sentido que o diálogo entre as artes e as ciências é cada vez mais importante e significativo. “Daí que as artes podem determinar um campo de sociabilidade nova no século XXI.” Não falo já dos grandes matemáticos que apenas puderam inovar ao aperfeiçoar as suas investigações através da compreensão das intuições inovadoras dos grandes compositores, poetas ou artistas plásticos; refiro os mais recentes caminhos seguidos nos domínios da física, na tentativa de resposta às grandes interrogações sobre a evolução do Universo. A capacidade de magia, de que fala Agamben, tem de tornar-se viva. A complexidade de que nos fala Morin, aí está para aguçar o nosso espírito crítico. E a recente crise financeira veio dizer-nos que havia demasiadas certezas e ilusões... Eis por que razão falar de cultura e da sua importância abrangente e transversal é ir ao encontro da aprendizagem e da investigação.

No ano de 2015, celebrámos o centenário de *Orpheu* – em que recordámos Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros e seus companheiros – é a importância do movimento que nos vem à memória, como impulso criador, como marca crítica e como apelo à inovação. E se falamos de movimento, lembramos as mudanças profundas a que assistimos a cada passo, numa sociedade em que o respeito pela cultura nos obriga à exigência, ao cuidado e à atenção. A exigência leva-nos a considerar os riscos dos excessos identitários e do fecho das sociedades sobre si mesmas. O cuidado obriga a prevenirmos os riscos da fragmentação e da exclusão – num tempo em que as desigualdades se agravam e em que a coesão social é posta em causa. A atenção determina que devemos saber olhar e compreender, uma vez que a incerteza e a imprevisibilidade são matéria-prima das atuais circunstâncias. Como afirma Jorge Barreto Xavier: “O humanismo do século XXI necessita da política cultural no seu centro. Uma política plural, inclusiva, mas que em cada território, em cada lugar, não renegue nem esqueça a história da identidade comum, daquilo que nos liga, pois não podemos estar próximo dos outros se não nos reconhecermos dentro de nós próprios.”

Afinal, a tão propalada crise financeira, dos mercados, da dívida, da ilusão, da especulação, das economias de casino, deveu-se à desvalorização da dimensão humana das necessidades, da utilização dos recursos escassos e do aperfeiçoamento das sociedades. Se, como o autor insiste, “a cultura é condição de liberdade”, torna-se essencial tirar as devidas consequências, criando mecanismos duráveis e legítimos capazes de colocar as políticas públicas da cultura ao serviço do desenvolvimento humano. Há assim que definir prioridades não tanto espetaculares, mas adequadas à defesa e salvaguarda do que

tem valor numa sociedade humana, culta e civilizada – capaz de recusar a mediocridade e a irrelevância.

Quando Jorge Barreto Xavier me convidou para escrever este prefácio, não tive dúvidas em responder positivamente e por várias razões: pelo nosso conhecimento antigo, desde o momento em que, muito jovem ainda, Jorge lançou o Clube Português de Artes e Ideias; pela nossa colaboração, ao longo de décadas, em muitas circunstâncias, através da convergência de motivações e da vontade de fazer da cultura um lugar de diálogo e de criação e pela simpatia e pelo afeto que nos foi aproximando, até pela força das raízes fortes da tradição indo-portuguesa, que há muito me apaixonam. Os textos que compõem este livro tratam de temas muito diversos – convergentes, divergentes e complementares. Há alertas e desafios que merecem atenção especial e sobretudo reflexão séria. E lembro a lição de John Maynard Keynes, segundo a qual a cultura é um assunto demasiado sério para não dever ser visto com olhos de curto prazo ou de conversa apressada. Aqui não pode funcionar o “queixa-andar” de que nos fala Mia Couto.

O tema do património cultural é sempre controverso. Há, por vezes, a desconfiança infundada de estarmos a privilegiar o passado em relação ao presente e ao futuro. As organizações internacionais que se têm debruçado sobre a matéria têm alertado para a complexidade do tema. A UNESCO e o Conselho da Europa têm procurado articular o património material e imaterial herdado com a criação contemporânea. Veja-se a Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural na Sociedade (assinada em Faro, em 2005), agora a fazer dez anos, a dizer que sem respeito pelo que herdamos estamos a condenar o que de melhor as gerações modernas estão a realizar. Os escritores, os artistas, os autores, os inovadores, os investigadores, os intérpretes, os atores, os artesãos, os críticos sabem-no, melhor do que ninguém. Podemos invocar a autoridade de Garrett e Herculano e a defesa da coerência entre o estudo e a preservação das tradições e dos testemunhos (as lendas, os contos, o teatro, os romanceiros) e a atenção aos arquivos e à procura da documentação autêntica e coeva. Naturalmente que sabemos as suas próprias limitações, mas temos de entender a força do seu apelo, para além da fronteira dos tempos. O programa é simples: não destruir nem deixar estragar o que existe, restaurar o que tem valor, divulgar, conservar, tornar acessível... Trata-se de passar da pergunta conservacionista “como preservar o património e segundo que procedimento?”, à questão dinâmica do “porquê e para quem dar-lhe valor?” Daí a importância da noção de “património comum” e de

uma “cultura de paz”. Se é importante preservar e saber como fazer, tornou-se indispensável introduzir o elemento teleológico – por que razão e com que finalidade procedemos à preservação e à conservação, longe de uma perspectiva de antiquário ou de *bric-à-brac*, mas dando um valor social e histórico aos bens do património cultural. Esta aparente simplicidade de método obriga a um esforço redobrado de previsão, de planeamento, de mobilização de pessoas e recursos, de acompanhamento de avaliação. Nada do que é verdadeiramente importante pode ser encarado de ânimo leve.

No fundo, a riqueza de uma sociedade ou de uma economia depende da consideração dos valores culturais como fatores de qualidade e de civilização. As novas tecnologias de informação e comunicação reclamam, por isso, uma visão humanista da vida de relação. A comunidade tem de preservar objetivos de interesse mútuo e fins comuns, o valor económico das atividades culturais não pode ater-se a uma perspectiva mercantilista.

No início dos anos 40, ao propor a criação do Committee for Encouragement of Music and The Arts (que levou à criação do Arts Council of England), de que foi presidente (1941-1946), John M. Keynes disse que o Estado moderno não poderia esquecer o papel fundamental que os mecenas das Repúblicas italianas do Renascimento assumiram no seu tempo. O mercado nunca seria suficiente para garantir o apoio adequado à inovação e à criação. A cultura, a ciência e a educação, numa palavra, a civilização, para serem fatores de avanço, deveriam ser incentivados, mas com critérios duráveis e sem ligação às vicissitudes dos ciclos políticos ou da moda. “A cultura é o campo comum das narrativas [afirma o nosso autor], o campo da construção da diversidade e o campo da construção da coesão identitária. A Europa pode construir-se na tripla hélice do pluralismo, da coesão e da identidade comum.” Afinal, devemos garantir uma visão global e de prazo largo, curando do património material e imaterial, que não pode ser esquecido ou abandonado, mas também concretizando condições para que o apoio à criação e à difusão da cultura seja claro, transparente, objetivo e durável, capaz de abrir horizontes de liberdade. A leitura da presente obra ajuda-nos a aprofundar esta reflexão.

**Guilherme d’Oliveira Martins**

# Nota de abertura

1 GOFFMAN, Erving. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Relógio d'Água, Lisboa, 1993. Tradução de Miguel Serras Pereira.

2 WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Paz e Terra, São Paulo, 1992. Williams dizia que a cultura é ordinária e não extraordinária, ou seja, que a sua presença é da ordem do quotidiano. Ao colocar-me do lado de Williams nesta noção, tal não significa receber, na íntegra, o seu discurso sobre o modo como a cultura se produz e apresenta em sociedade.

Nos textos seguintes, olha-se para o mundo a partir da cultura e para a cultura a partir do mundo, fala-se da importância da cultura para a compreensão do *todo* e como o *todo* não pode ser ignorado quando se fala de cultura.

O título desta coletânea – *A cultura na vida de todos os dias* – glosa a tradução para Português do título da obra seminal de Erving Goffman – *The presentation of the self in everyday life* – *A apresentação do eu na vida de todos os dias*<sup>1</sup>. Goffman destaca as interações sociais no quotidiano dos indivíduos de dada comunidade e as chaves para a sua leitura. Aqui, procuro realçar a importância da cultura como elemento fundador e construtor do quotidiano (na esteira do que defendia Raymond Williams<sup>2</sup>). O quotidiano é um ritmo essencial no tempo das nossas vidas, dentro se organiza o tempo longo, as pequenas e as grandes decisões, os pequenos e os grandes movimentos.

Compreender e valorizar a dimensão cultural, perceber o seu papel na organização pessoal e social, reconhecer a cada pessoa e a cada comunidade o seu direito a este elemento insubstituível e irrenunciável na composição do humano são ambições para lá da pequenez deste volume. Apesar de tudo, balizam a aspiração de contribuir com argumentos para esses fins.

Na forma como nos olhamos e nos olham, como pensamos, como sentimos, na forma como estamos em família e em comunidades mais alargadas, como comemos, como nos vestimos, como trabalhamos, aí está sempre e a cada momento um olhar cultural, transmitido desde a mais tenra infância e consolidado ou modificado a cada dia que passa.

A cultura não pode ser a última das decisões no âmbito das prioridades de dada comunidade, na política, na economia, na sociedade

civil – é um erro que sai muito caro. Facilmente, se olharmos à nossa volta, concluímos sobre o quanto têm de culturais muitos dos antagonismos ou das clivagens mais graves do nosso tempo. É assim dentro da Europa e no resto do mundo, é assim com os fundamentalismos e no coração de algumas das mais graves crises humanitárias, é assim nas relações entre o Ocidente e o Oriente. Assim também entre gerações ou grupos sociais diferentes dentro da mesma comunidade, num mundo onde as várias formas de globalização, as transformações tecnológicas e a *sociedade das redes*<sup>3</sup> provocaram alterações comportamentais e de visão do Eu, da família e do Estado com consequências muito relevantes.

A cultura é parte dos pilares a tomar em conta na construção das sociedades no século XXI. Oculta ou explicitamente, todos os modelos sociais têm a cultura como elemento central. Promover conscientemente a decisão política (o mesmo é dizer o exercício de vontade orientado para o bem da comunidade<sup>4</sup>), tendo por referência a importância do acesso à fruição e à criação cultural, é contribuir de forma substantiva para a coesão social, para a realização pessoal, para o respeito pela diversidade, para o escrutínio e participação cidadã, para lá dos ritmos muitas vezes ferozes e predatórios de lutas políticas e económicas pela supremacia material e nas representações simbólicas.

O objetivo de uma sociedade justa precisa de uma maior presença da cultura na vida de todos os cidadãos. Este é um desafio paradoxal para o exercício do poder<sup>5</sup>, mas um exercício necessário para o aprofundamento do humano.

Não negarei que a cultura tem sido nos mais diversos momentos da História invocada para o bem e para o mal. Mas temos hoje competências sociais e quadros de valores necessários para defender a sua presença face ao interesse da(s) comunidade(s).

Quando terminei a escolha dos textos que integram esta publicação, reparei que os escrevi todos num momento posterior às memoráveis experiências de trabalho cultural que tive nas décadas de 80 e 90<sup>6</sup> do século que passou. Nada poderá substituir na minha vida a alegria e o entusiasmo desse tempo, a experiência humana, os amigos que fiz, a liberdade do momento. Desenhar e concretizar projetos culturais num período entre os vinte e os trinta anos de idade determinou-me como pessoa. O meu contributo para pensar e operar em sociedade<sup>7</sup> deve muito a esse exercício pessoal e coletivo.

Escolhi para esta coletânea textos publicados em diferentes meios, mas nunca publicados em conjunto e com um propósito organizado.

3 CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. *A sociedade em rede* e a *sociedade das redes* não é a mesma coisa – aqui procurei enfatizar a natureza social enquanto Castells enfatiza os efeitos de redes contemporâneas – o meu passo segue esse, num momento em que já somos aquilo que Castells problematiza.

4 Não é consensual esta definição de *decisão política*.

5 Quanto mais esclarecido for um membro de uma dada comunidade, e a comunidade no seu todo, mais exigente e crítico será, impondo equilíbrios que nem sempre são desejados por quem o detém ou o pretende deter e por quem suporta os detentores ou aparentes detentores do poder.

6 Quando fundei e desenvolvi, com vários amigos e colaboradores, o Clube Português de Artes e Ideias.

7 Os contributos são muitas vezes presunções, a sua importância no todo é quase sempre ínfima, mas temos esta coisa extraordinária que é a possibilidade de uma voz.

8 Três exceções: o texto "Um tempo de encontros e desencontros", que escrevi em 2015 para a revista *Via latina* e que, pela sua natureza, considerei integrar na Parte I da coletânea, e os textos "O currículo no século XXI: que competências, como as desenvolver, como as avaliar?", que escrevi em 2008, e "Da essencialidade da arquitetura", que escrevi em 2009 e integrei na Parte II.

9 Para um desenvolvimento da ideia de *tempo conseguido*, ver HANDKE, Peter. *Ensaio sobre o dia conseguido*. Difel, 1994.

10 A eventual reivindicação de uma multiplicidade de identidades num dado indivíduo e de uma cidadania do mundo não inibe a consciência de um ponto de partida e de uma posição.

Procurei adequá-los à leitura (vários foram escritos para conferências ou discursos), sem os desvirtuar, esclarecendo frases e conceitos que me pareceram ambíguos, fazendo atualizações e desenvolvimentos. Notei que, por vezes, repetia ideias de forma insistente e me copiava amiúde. Tentei evitar tais repetições, apesar de o leitor ainda as poder detetar, pois há momentos em que considerei útil a reincidência (mais que a redundância).

Coloquei no início de cada texto uma chave de leitura, indicando a temática e os assuntos principais nele tratados, de forma a permitir ao leitor decidir se aquele assunto em particular é do seu interesse. Por razões de organização, os textos são agrupados em duas partes – antes (2004-2011) e durante o período em que fui membro do Governo com a tutela da Cultura, no XIX Governo Constitucional (2012-2015). A razão é simples: a forma como se fala das coisas altera-se, necessariamente, em função da tarefa governativa<sup>8</sup>.

Agradeço a todos os que, nas diversas situações abrangidas por esta coletânea, me desafiaram a escrever e a pensar nestas matérias, aos que criticaram a escrita e o pensamento. Agradeço em especial a Guilherme d'Oliveira Martins, pela generosidade do seu prefácio e a José-Augusto França a paciência de ler o texto e o comentar, o que me permitiu melhorá-lo.

Dediquei a maior parte dos meus últimos trinta anos à defesa e à valorização do papel da cultura. Fi-lo na convicção de que não é a tecnologia nem a ciência, mas o *cuidado do humano*, que farão a diferença de um tempo conseguido<sup>9</sup>. Numa época perturbada pela incapacidade da orientação para valores pessoais e coletivos enquanto parâmetros estáveis e prioritários, em cada comunidade e na relação com os outros, só o reconhecimento da nossa própria identidade cultural nos pode colocar em relação – a renúncia a um *lugar cultural* nunca permite uma viagem e muito menos um ponto de chegada, na relação entre pessoas, na relação entre comunidades<sup>10</sup>.

O relativismo absoluto enquanto valor de orientação corresponde à incapacidade do movimento – acredito que a hierarquia de valores, a opção por um conjunto de valores, é o ponto de partida necessário, mesmo com a salvaguarda que estes devem estar sujeitos à crítica e à possibilidade de renovação ou mudança.

Destas convicções se alimenta o conjunto de textos aqui apresentados.

**Jorge Barreto Xavier**

# As artes e a cultura no fio da navalha<sup>1</sup>

- › A cultura como elemento do social
- › O conceito de cultura, o após II Grande Guerra e o Estado Novo
- › A situação atual e o futuro

1 Artigo escrito em julho de 2011 e publicado em XXI – *Ter opinião*, anuário da Fundação Francisco Manuel dos Santos, em novembro de 2011. Foram feitas algumas adaptações e atualizações.

2 O conceito de império, colónias e "Mundo Português" não é abordado neste texto.

Em países como Portugal, com uma história longa e consolidada, com uma fronteira estável e uma identidade entre o conceito de Nação (unidade cultural) e Estado (unidade política), as artes e a cultura não se questionam em termos de haver ou não haver cultura, de haver ou não haver identidade, pois estas são parte integrante do processo histórico<sup>2</sup>. Não precisamos de exibir pública e repetidamente o que nos liga, o que gostamos, o que nos faz sentir portugueses. Juntos e ao longo de séculos cimentámos os nossos símbolos, criámos novos e validámos outros antigos para o tempo que vivemos.

Não temos falta de cultura. Ao contrário, o “excesso de identidade” é que pode ser inibidor de uma cultura contemporânea que se queira não só do património como de novos valores e perspetivas.

Hoje, as artes e a cultura parecem mais frágeis. Num país onde as desigualdades sociais são das maiores na Europa, o acesso generalizado e estável à atividade artística e cultural é uma força que poderá aproximar os portugueses – não se trata de dar pão e circo para garantir a satisfação do povo, mas crédito ao valor de melhoria das condições educativas e culturais da população em geral como cimento entre gerações, grupos sociais e diferentes perspetivas políticas, religiosas ou sociais. Afinal, as artes e a cultura cuidam de um aspeto central da vida de pessoas e sociedades: a criação e desenvolvimento de uma atenção compreensiva, crítica e proativa – um olhar sobre o mundo.

A palavra “cultura” (assim como a palavra “artes”) tem múltiplas definições. O debate e a polémica, a construção teórica e a aplicação prática em seu torno são vastos. Aqui usa-se para a primeira o seu sentido antropológico – “a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”, como refere o preâmbulo da “Declaração universal sobre a diversidade cultural” da UNESCO<sup>3</sup>. E proponho uma definição mais sociológica para as “artes”: as manifestações de criação reconhecidas como tal pelo sistema artístico, pelos poderes constituídos e pela população.

No período que sucedeu a II Grande Guerra, a cultura e as artes foram consideradas pelos poderes públicos elementos importantes na recuperação das sociedades exauridas no esforço de guerra: a Inglaterra cria o *Arts Council of Great Britain* em 1946, a França o Ministério da Cultura em 1959, os Estados Unidos da América o *National Endowment for the Arts* em 1965. Nos países nórdicos, é também durante os anos 60 que se implementam dispositivos públicos nestes domínios.

Situação muito diferente foi a vivida nos países submetidos a ditaduras, totalitarismos ou regimes não democráticos que antecederam, atravessaram e algumas vezes perduraram para lá de 1945: em Espanha, em Itália, na Alemanha, na URSS e nos países do Pacto de Varsóvia, na China, nas ditaduras sul-americanas e africanas, a cultura e as artes eram, nos seus papéis mais evidentes, “cultura de Estado” ou “cultura de Resistência”. O nazismo, o comunismo russo ou chinês, o fascismo italiano ou espanhol tomaram a cultura e as artes como elementos legitimados e de legitimação e ritualização do poder dominante, vinculando a *legitimidade artística e cultural* ao poder dominante.

Também Portugal esteve sujeito, no século xx a longas décadas de autoritarismo, seja através da limitação de direitos na fase derradeira da Monarquia Constitucional (até 1910), ou ainda, na tumultuosa I República (1910-1926), onde a privação de direitos cívicos em muitos momentos foi superior à do período monárquico e depois, de forma regular de 1926 a 1974, no período do Estado Novo (ditadura militar, salazarismo, marcelismo), que favoreceu uma *cultura oficial* onde se projetava, para consumo interno e externo, a imagem conservadora do “bom povo português”: um povo pacato, temente a Deus e amante da Pátria e da Família, bucólico, humilde, acolhedor

(note-se que esta projeção não era completamente falsa – se fosse, não teriam decidido os políticos da I República diminuir a presença da Igreja e proibir o acesso das mulheres ao direito de voto, por as considerarem muito influenciadas pelo catolicismo). O Estado Novo continuou (infelizmente, de forma mais ativa) a promover a menorização de parte da população e a cristalização social, com consequências negativas ainda hoje percebidas no comportamento dos portugueses – fechamento das classes altas, novo-riquismo das classes médias, pobreza envergonhada nas diversas classes sociais, com relevo para as mais baixas. Se somarmos a estes períodos os dois primeiros anos da Revolução de Abril (1974 e 1975), facilmente se percebe que mais ou menos 70% do século xx português foi atravessado em situação de restrição de direitos cívicos, o que demonstra ser extraordinária a capacidade exemplar (e, afinal de contas, completamente nova na nossa história coletiva) de viver em democracia e pluralismo que demonstrámos nas últimas quatro décadas – sem lastro prévio de literacia e ensino obrigatório generalizados ou acesso às artes e à cultura democratizados, os portugueses podem olhar para si e para o mundo como exemplo de prática democrática (há que matizar este otimismo com a consciência da presença de fortes dispositivos clientelares que atravessam a sociedade portuguesa ainda hoje, como em séculos anteriores, e das desigualdades sociais e económicas que perduram).

Mas se as imposições autoritárias e mais tarde a abertura democrática se fazem sem presença significativa das artes e da cultura junto da população, podemos dizer que estas têm um *efeito de presença* irrelevante ou meramente secundário na sociedade portuguesa? Ou que os termos dos padrões culturais dos portugueses divergem do que seria a expectativa dos *portugueses ilustrados*?

A *transmissão cultural* do aparelho de poder do Estado Novo foi feita, nomeadamente, a partir do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, ano em que se fundam, também, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores. Em 1935 foi instituída a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT, mais tarde INATEL), para a promoção do turismo interno e ocupação dos tempos livres, e em 1936 a Mocidade Portuguesa, para jovens rapazes (mais tarde será criada para jovens raparigas). Cobrem-se assim, no crescente controlo pelo Estado da população, a “alta cultura” e a “baixa cultura”, as várias classes sociais e idades em modo similar ao que acontecia na Alemanha nazi e na Itália fascista.

Todo este dispositivo não impediu, todavia, que artistas portugueses em vários domínios (arquitetura, cinema, *design*, literatura, teatro,

dança, música, fotografia, artes plásticas) acompanhassem durante o Estado Novo as correntes e os debates internacionais, e produzissem obras referenciáveis, algumas das quais hoje património cultural português e universal. Fernando Pessoa, José Régio, Bernardo Santareno, Jorge de Sena, Mário Eloy, António Pedro, Maria Helena Vieira da Silva, Júlio Pomar, Joaquim Rodrigo, Ângelo de Sousa, Alberto Carneiro, Nadir Afonso, Fernando Távora, Daciano da Costa, Sebastião Rodrigues, Fernando Lemos, Luís de Freitas Branco, Fernando Lopes-Graça, Zeca Afonso, Manoel de Oliveira, José Fonseca e Costa, Margarida Abreu, entre tantos outros, são exemplo disso.

## A circunstância portuguesa atual

O suporte público às artes e à cultura em geral, nas últimas décadas, foi alargado. Instituições centenárias, como teatros nacionais e municipais, receberam obras de beneficiação, foi criada uma rede nacional de bibliotecas e de museus, novos equipamentos culturais de grande, média ou pequena dimensão nasceram em todo o país, entre salas de espetáculos, centros culturais, salas de exposições, museus e galerias de arte. Artistas e agentes culturais em geral viram crescer o apoio do Estado<sup>4</sup>, muito património cultural foi recuperado.

Aos esforços da Administração Central nos anos 70 e 80 acrescentou-se, de forma significativa, a presença e a atividade dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira e das autarquias locais nos anos 90 e na primeira década do corrente século<sup>5</sup>. Aliás, o trabalho das autarquias locais tem sido, em muitos casos, exemplar. Acresceram ainda financiamentos europeus<sup>6</sup>, tanto no âmbito de fundos estruturais como no de programas específicos do Estado para a área das artes e do audiovisual<sup>7</sup>.

É também nas últimas duas décadas que uma série de entidades privadas da área empresarial se envolve em programas culturais na perspetiva da filantropia. A filantropia nas artes, quase inexistente no país (os exemplos de Calouste Gulbenkian ou de alguns outros filantropos de menor dimensão são exceções), começa a ganhar dimensão, não só em Lisboa e Porto como também em diversos pontos do território nacional – sendo, todavia e ainda, de expressão global diminuta e não substituindo o recuo do financiamento público no suporte à criação artística independente. Ainda sobre a filantropia, de referir que a chamada Lei do Mecenato não foi, essencialmente, mais do que uma forma de o Estado se financiar na área da cultura – realmente, foi para o Estado a maior parte dos fundos obtidos de empresas públicas e privadas para financiamento da cultura<sup>8</sup>.

4 O decréscimo de apoios públicos no período 2010-2016 em certos setores culturais não pode fazer esquecer o aumento estrutural dos apoios ao longo dos últimos quarenta anos.

5 Também aqui se sentiram quebras com significado entre 2010 e 2016, no contexto da crise financeira, económica e de confiança gerada nos EUA em 2008 e com fortes impactos na Europa, nomeadamente nos países do Sul.

6 Mais de 600 milhões de euros entre 2000 e 2015.

7 Mais de 700 milhões de euros entre 2000 e 2015.

8 Em 2015, foram, por minha proposta, aprovadas pelo Governo e pelo Parlamento alterações na chamada Lei do Mecenato Cultural que alargam as possibilidades e os incentivos para apoios a privados, mas ainda muito há para fazer.

# Direitos de autor na Internet<sup>1</sup>

- › A salvaguarda dos direitos de autor e direitos conexos nas redes digitais
- › A proteção de direitos e o acesso a conteúdos

1 A partir da conferência de abertura do seminário sobre direitos de autor na Internet, promovido pela Procuradora-Geral da República em Lisboa, a 18 de janeiro de 2013. Agradeço o contributo de Vera Castanheira para a elaboração deste texto.

Vivemos numa sociedade em profunda mudança.

O mundo pós-generalização da Internet dos últimos vinte anos, ao qual acresce o mundo dos dispositivos de acesso móvel à mesma, principalmente com a revolução dos *smartphones*, *tablets* e *clouds* dos últimos cinco anos, traçou uma linha histórica para o mundo: o antes e o depois. Os milhares de anos de história das civilizações humanas foram, de repente, transformados no modo como os homens e as mulheres do presente podem olhar para o tempo e o espaço, se podem situar no tempo e no espaço e podem agir no tempo e no espaço. Esta profunda alteração de paradigma está só a dar os seus primeiros passos e nós, decisores e cidadãos, temos o direito e o dever de ponderar a importância destas matérias e agir para a construção de um modelo de sociedade equitativo, contribuindo para melhorar e generalizar o acesso à informação e ao conhecimento, salvaguardando os direitos dos criadores e produtores do mesmo, protegendo todos os que, pela sua idade, ausência de literacia ou condição económica, política ou social podem ser explorados no quadro da nova economia digital, que não pode ser por si o paradigma da nova sociedade, mas simplesmente um meio que suporte uma nova sociedade, mais equilibrada, mais livre, mais justa.

Colocam-se hoje enormes desafios aos criadores e produtores de conteúdos: num mundo em que o suporte do conteúdo já não permite a sua individuação, como garantir a proteção dos seus direitos

sobre as obras criadas e criar ou participar em modelos de negócio que garantam a sua posição na cadeia de reconhecimento e de valor económico?

Os direitos de propriedade intelectual são hoje a principal medida de valor das chamadas indústrias criativas, esse termo que procura dar sentido à produção económica gerada a partir do ativo da produção intelectual ou que nesta tem o seu principal elemento diferenciador. As indústrias criativas enfrentam desafios significativos na construção de modelos de negócios no contexto digital. A transição dos consumidores dos suportes tradicionais, como os livros, os discos, as cassetes, os jornais em papel, etc., para os suportes digitais tem sido muito rápida, dificultando a proteção jurídica e a criação de modelos de negócio. Ao mesmo tempo, através de sistemas de pirataria de conteúdos (que origina o *download* ilegal) ou através da sua utilização abusiva (como em certos motores de busca) cria-se uma economia paralela. É real o desafio de encontrar soluções rápidas que envolvem o trinómio proteção de direitos – através da produção legislativa, controlo das operações na Internet e capacidade de sancionamento dos infratores; criação de novos modelos de negócio e criação de um ambiente cultural entre criadores e produtores de conteúdos e consumidores que favoreça um justo equilíbrio dos respetivos direitos e deveres. Das respostas a este desafio depende o futuro imediato e mediato das indústrias criativas e o estatuto dos direitos de propriedade intelectual na sociedade, não só em termos económicos, mas no seu reconhecimento social, político e cultural.

Em função da importância deste setor, foi submetida a consulta, no âmbito da Secção Especializada de Direito de Autor e Direitos Conexos do Conselho Nacional de Cultura, uma proposta de alteração da lei da cópia privada<sup>2</sup>, para adequá-la ao nosso tempo, e uma proposta de alteração da lei das entidades de gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos<sup>3</sup>, com o mesmo objetivo, dando assim cumprimento ao Programa de Governo.

O Estado não pode ignorar o seu papel em três vetores fundamentais:

1. Densificação do conceito de exploração económica de obras protegidas por direitos de propriedade intelectual: a exploração económica da propriedade intelectual deve ser um exclusivo dos criadores e produtores de conteúdos, sem prejuízo de eventuais modelos de negócios que incluam os motores de busca e os ISP<sup>4</sup>, em cooperação com os titulares de direitos. A apropriação

2 Que se concretizou, não sem polémica, através da Lei n.º 49/2015, de 5 de junho, segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada.

3 Que se concretizou através da lei das entidades de gestão coletiva do direito de autor e direitos conexos, Lei n.º 26/2015 de 14 de abril.

4 *Internet Service Providers*.

indevida do investimento na produção de conteúdos culturais e informativos compromete a diversidade cultural e informativa, fundamental para uma sociedade livre e democrática;

2. Regulação eficiente e determinada – o Estado deve ser capaz de uma efetiva regulação e controlo dos usos indevidos de conteúdos protegidos na Internet, quer por utilizadores quer por intermediários, como, por exemplo, motores de busca. A regulação é o garante da operacionalidade do regime jurídico de proteção e sem ela uma boa legislação pode rapidamente transformar-se numa peça inútil, comprometendo modelos de negócios na era digital e, pior do que isso, um modelo de sociedade que salvguarde o papel dos diferentes agentes na cadeia de valor económico e no seu estatuto político, social e cultural. Neste campo, destaca-se a necessidade de uma regulação que opere no meio digital, e que tenha em conta a necessidade de evitar práticas anticoncorrenciais. Práticas que lesam, em primeiro lugar, o consumidor e a sociedade, ao comprometerem a viabilidade da diversidade informativa e a pluralidade de conteúdos. Por outro lado, é necessário considerar a proteção de dados como uma forma de garantir que os dados pessoais dos utilizadores não são partilhados sem o seu consentimento. Mas invocar a proteção de dados para não identificar os infratores implica uma cobertura legal de um crime abusando do propósito de uma legislação legítima que se destina a assegurar a privacidade. É por isso necessário encontrar um justo equilíbrio, também nesta matéria.
3. Legislar à medida das necessidades dos novos modelos de negócios na era digital – no mundo físico, a proteção dos direitos de propriedade intelectual era igual para qualquer conteúdo, a todos servindo a criminalização dos infratores. Esta não é a realidade do mundo digital. Aqui, encontramos uma diversidade significativa dos modelos de negócios, dos modos de criação e utilização de conteúdos. O Estado, ao legislar, deve ter em conta esta diversidade, e prever soluções ajustadas, que podem oscilar entre a criminalização, a remoção administrativa de conteúdos não autorizados ou ainda a imposição de remunerações equitativas, quando a solução mais adequada é a redistribuição da cadeia de valor gerada pelos conteúdos protegidos. Neste ponto, importa destacar que estas soluções não podem ser adotadas sem um diálogo sério, prudente e construtivo com os titulares de direitos, os distribuidores e os consumidores. É importante

garantir o desenvolvimento de uma cultura de propriedade intelectual efetiva, para que não se fale inapropriadamente em exceções aos direitos exclusivos dos utilizadores, quando tal pode significar comprometer seriamente postos de trabalho e crescimento económico para o nosso país e remeter para um modelo de sociedade onde rapidamente se degradará a qualidade da criação, do conhecimento e da informação.

5 O grupo de trabalho foi criado em 2014 e em julho de 2015 foi assinado um acordo de autorregulação, histórico a nível europeu.

Neste momento, em Portugal, os processos de autorregulação mediada e de correção são fundamentais: o diálogo entre titulares de direitos de propriedade intelectual, utilizadores, ISP e motores de busca deve ser mediado pelo Estado, que não pode eximir-se às suas responsabilidades, tanto no que se refere ao poder legislativo, como ao poder executivo e judicial. Por isso, anuncio desde já que farei todos os esforços para instituir um grupo de trabalho que reflita e encontre propostas para o combate à pirataria nos dispositivos digitais, com representantes das diversas áreas da governação envolvidas na regulação que é necessária, de modo que, através de um diálogo construtivo, se encontrem soluções para este desafio, que condiciona fortemente o desenvolvimento das indústrias criativas e o papel dos criadores na cadeia de valor.<sup>5</sup>

Defendo um modelo de sociedade em que o acesso à cultura, ao conhecimento, à informação seja favorecido, mas percebendo que tal acesso se deve construir sobre uma sólida arquitetura de proteção dos direitos dos criadores e produtores de conteúdos, pois a equidade, valor supremo da prática da justiça, implica atribuir a cada um o que é seu. E uma sociedade que não se construa nos valores da justiça, mais tarde ou mais cedo está sujeita a fragilidades estruturais que certamente não desejamos para a sociedade global que estamos a construir e onde temos o privilégio de protagonizar um momento de enorme responsabilidade histórica.